

Movimentos e Teorias Sociais

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

- Compreender as forças em oposição durante o nascimento da contemporaneidade.
- Analisar a historiografia sobre os temas debatidos.

ROTEIRO DE ESTUDOS

- SEÇÃO 1 - Genealogia da militância
- SEÇÃO 2 - Tempo e disciplina
- SEÇÃO 3 - Teorias e movimentos sociais

UNIDADE IV

PARA INÍCIO DE CONVERSA

Quando pensamos em movimentos sociais, mais especificamente no movimento operário, imediatamente os associamos ao capitalismo, como se o a industrialização gerasse espontaneamente movimentos de contestação. De fato, sem a fábrica não haveria movimento operário no sentido moderno, porém a contestação social não é um movimento reflexo.

De certa maneira, isso já foi compreendido. O problema é a associação do movimento operário a uma "história" das lutas sociais como se houvesse uma trajetória única estabelecida *ab origine*, quer dizer, desde o início dos tempos; ou, ainda, como se fizesse parte da essência humana. Cada movimento que sucedesse outro seria uma retomada num nível superior, seguindo uma espécie de espiral evolutiva. Trata-se, assim, a história dos movimentos sociais da mesma forma que a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, como vimos nas unidades anteriores, isto é, eles seriam uma manifestação natural do espírito humano, colocando-se no mesmo tipo de genealogia que a historiografia tradicional traça para o processo histórico.

Nessa compreensão do processo histórico, cada acontecimento seria uma continuidade, num sentido superior ao acontecimento anterior. A essa escala evolutiva pode-se dar o nome que se quiser (marxismo, liberal, libertária), mas ela é dominante desde o século XIX, especialmente quando se trata do movimento operário, pois a sua história é ligada pela historiografia marxista às relações de produção. Isso quer dizer que a cada etapa da história humana, que pode ser contada através dos modos de produção, há um movimento de contestação correspondente. Dessa forma, a história dos movimentos sociais cabe inteiramente na história das relações de produção.

Já há algum tempo a história deixou de ser o relato do Mesmo, apesar de não conseguir nos últimos anos se reunificar em conjuntos teóricos globalizadores, algo que muitos historiadores ainda almejam. Porém, a prática da disciplina permitiu abrir um leque de possibilidades de análise e compreensão do passado que modificou completamente o seu próprio estatuto. Deixou-se de buscar no passado uma unidade. Ora, até os anos sessenta do século passado, o trabalho em história

consistia na possibilidade de condensar o que seria isolado, juntar fios soltos, urdir o tecido social que se despedaçava pelo tempo que passa. Enfim, estabelecer linhas temporais que restituíssem o contínuo da sociedade. Não existiria degrado, perda, esquecimento que não pudessem ser trazidos à luz, que a narrativa não pudesse tornar visíveis. O projeto do discurso histórico era garantir a permanência do passado para que nele nos reconhecêssemos.

Por outro lado, quando estabelecemos uma relação de estranheza do passado, deixamos de transportar a nossa própria imagem, deixamos de procurar o nosso reflexo. Surgem figuras diferentes, tão diferentes que mal podemos chamá-las de “antepassadas”. São outras práticas, culturas, línguas, histórias, mesmo se as palavras aparentemente forem as mesmas. A questão é saber se falamos as mesmas palavras ou se, mesmo sendo aparentemente iguais, elas não significam outra coisa.

Logo, nessa relação de estranheza, deixamos de encontrar o Mesmo para nos depararmos com a Diferença. Isto serve tanto para sociedades agora longínquas como para sociedades mais próximas.

No caso desta Unidade, encontramos-nos com algo muito próximo que nos faz esquecer a distância e a diferença. Achamos que é um objeto natural, acreditamos que ele sempre esteve ali, mas em estado latente, e somente num determinado momento pôde surgir. Mas se investigarmos a sua outra genealogia, ou as suas possibilidades de aparição em cena, dar-nos-emos conta de que ele não é natural e muito menos já estava em estado latente, trata-se do movimento operário.

Quando se estuda este movimento, busca-se, em primeiro lugar, a sua genealogia, para, em segundo lugar, situá-lo historicamente junto com o aparecimento de teorias sociais que procuravam ordenar a sociedade de um modo diferente do capitalismo. Assim, como dissemos, o aparecimento do operariado não é uma simples decorrência da sociedade capitalista, é o encontro de linhas heterogêneas na história, como veremos adiante.

SEÇÃO 1

GENEALOGIA DA MILITÂNCIA

A primeira questão que surge é esta: como foi possível, em finais do século XVIII, a organização de uma forma de militância política que não estava inscrita nas práticas sociais anteriores, pelo menos na Europa? Quer dizer, nada havia que descrevesse a militância dos trabalhadores antes da própria Revolução Francesa.

Havia, evidentemente, movimentos que questionavam a ordem social, porém nenhum deles objetivou a fábrica ou as relações de produção, pelo menos de forma organizada. O que temos são outras práticas, geradas em lugares que, poderíamos dizer, nada teriam de proximidade com o universo do trabalho. A ascensão deste universo trouxe consigo novas práticas de contestação (conforme você viu na Unidade 2). No entanto, estas práticas reportam-se a diferentes séries históricas e têm, aparentemente, laços tênues entre elas. Do possível inventário, destacam-se três: utopia, militância e o pensamento nômade. São séries heterogêneas que constituíram, em momentos diferentes, as bases da moderna militância política.

A primeira dessas séries refere-se à literatura utópica que emerge em meados do século XVI e ganha terreno durante os séculos XVII e XVIII, a textos que tratam de sociedades perfeitas em alhures. Elas instigaram a imaginação de muitas pessoas e podem ser ligadas às teorias sociais de finais do século XVIII, quer dizer, do espaço da imaginação para o espaço da possibilidade de realização da utopia na sociedade.

A segunda trata da militância religiosa inaugurada pela Companhia de Jesus. Era uma prática diferente da pregação tradicional, pois o jesuíta dedicava a sua vida à causa. Elemento fundamental para a militância moderna, como veremos.

Com relação à última série, o chamado pensamento nômade, cabe alguns esclarecimentos mais precisos. Trata-se de uma produção intelectual que não teve suporte - e muitas vezes não o pretendeu - de instituições oficiais tais como Universidades, Academias, Igreja e Estado, tendo raízes que podem ser encontradas nas heresias medievais. Mas, esse tipo de pensamento produzido fora dos quadros oficiais está associado

mais frequentemente ao aparecimento da imprensa e da possibilidade de sua reprodução e permanência na forma de livros – certamente havia uma produção manuscrita que, muitas vezes, alimentava ou retratava as heresias medievais e teve uma existência relativamente longa (CHARTIER, 2001, p. 802; MÉTAYER, 2001, p. 881 e ss).

É dentro dessa forma de pensamento que vamos encontrar formulações científicas e filosóficas institucionalmente não aceitas, textos de teor iniciáticos (religiosos, morais, políticos) e, até mesmo, a literatura libertina. São escritos lembrados por Robert Darnton (*Boemia Literária e Revolução, 1987*), por exemplo, nos momentos que antecedem a Revolução Francesa, sendo reconhecidos como subliteratura, e que amalgamavam todos os tipos de produções que não recebiam autorização da chancelaria real para serem publicados (ABROMOVICI, 1996, p. 183 e ss.), ou estavam censurados. São textos que portam um grande leque de temas, de grosseiras pornografias a libelos políticos, mas que não podiam circular senão clandestinamente, ou pelo menos parecer produzidos à margem da “boa” literatura.

É dentro de tal perspectiva que chamamos essa produção intelectual de pensamento nômade ou, ainda, de pensamento vagabundo, pois ele não participa de formas institucionais desde a Renascença, pelo menos das aceitas pelos poderes vigentes, e conhece uma circulação quase sempre clandestina, identificada pela distribuição de livros fora do espaço legal ou, ainda, de textos não aceitos pelo mundo oficial.

Esse tipo de pensamento não se reporta a um lugar de produção. Se, de um lado, podemos marcar claramente os lugares de diversos saberes – medicina, filosofia, economia, etc. – por outro, o pensamento nômade tem como principal característica a não vinculação a um espaço específico para ser produzido. Muitas vezes, formulações filosóficas, políticas e até libertinas foram feitas dentro de locais institucionalizados (universidades, mosteiros), mas não tiveram sequência, devido, antes de tudo, a sua rejeição pelo mundo oficial (FOUCAULT, 1966).

Nesse sentido, encontramos nesse tipo de produção elementos intelectuais, filosóficos e políticos que auxiliaram na composição da militância política já no século XIX, que posteriormente iremos verificar.

Porém, ao lado do pensamento nômade com suas intrincadas redes de sobrevivência e de burla dos padrões impostos temos uma literatura

aceita, na sua maior parte, que são os textos utópicos. Entre um e outro não há uma distância muito grande, a não ser pela aceitação ou rejeição oficial. Ambos, entre outras produções, vão alimentar profundamente as formulações políticas geradas durante e após a Revolução Francesa. Daí a escolha desses dois universos: um, bem estabelecido, aceito e reconhecido como um gênero dentro da literatura; outro, fugidio, contradito, do qual seguimos muitas vezes rastros em negativo, isto é, pelos anátemas lançados pelo espaço institucional em direção a ele (censura, proibições formais, obras escritas e assim por diante).

Além das séries do pensamento nômade e da utopia, a da militância é, pelo menos de forma aparente, a mais clara. A historiografia tradicionalmente localiza o seu nascimento durante os anos revolucionários e os jacobinos aparecem na cena histórica como o modelo inaugural de um novo ator social: o militante político (LEFORT, 1986, p. 121 e ss.). No entanto, creio que cabe discutir o seu surgimento tendo por base alguns outros elementos teóricos e de compreensão de processos históricos.

Em primeiro lugar, remetemos à discussão feita por François Furet (1978, p. 49) na obra *Penser la Révolution Française*, quando nos lembra que “os militantes revolucionários identificam sua vida privada à sua vida pública e à defesa de suas ideias: lógica formidável que reconstitui, sob uma forma laicizada, o investimento psicológico das crenças religiosas”*. Este reparo posto por Furet nos remete a uma outra historicidade com relação à gênese da militância.

Ao seguir essa pista, talvez devamos mergulhar num universo diferente do tradicionalmente aceito, qual seja, o de que o aparecimento em cena do militante político durante a Revolução Francesa se deve a um natural desejo do homem em lutar contra a opressão. Ora, o empenho, a dedicação, o desprendimento e a fé oferecidos por muitos daqueles que participaram nos anos revolucionários não têm similar no passado em termos políticos, isto é, como nos lembra Furet, somente podemos comparar esse tipo ação com aquele do militante religioso, mais especificamente, o jesuíta.

O total desprendimento de si mesmo, o envolvimento absoluto na causa, a obediência absoluta que a Companhia exige de seus padres é o

* * - « les militants révolutionnaires identifient donc leur vie privée à leur vie publique et à la défense de leurs idées : logique formidable qui reconstitue, sous une forme laïcisée, l'investissement psychologique des croyances religieuses » (tradução livre de minha autoria).

que pode nos dar uma dimensão histórica para o surgimento do militante político. Contrassensual num primeiro momento, esta comparação é a única que torna possível explicar, em termos históricos, a fé e a dedicação de alguns durante os anos revolucionários e a formação de quadros dos partidos políticos, principalmente aqueles de esquerda, durante o século XIX. Ambos seguem um imperativo de ordem superior que teria a posse da verdade absoluta. Para uns, é a Igreja, ou melhor, o Papa; para outros, é o povo.

Para relatar o aparecimento da militância política, por exemplo, a historiografia busca no passado referências de repetição, ou procura encontrar um padrão explicativo que se utiliza da recorrência do fato, senão do mesmo, ou pelo menos algo que indique uma curva evolutiva. Então, dentro do nosso caso, cria-se uma série “militantes políticos” e persegue-se tal objetivo obstinadamente através do passado. Para os mais criativos e persistentes, pode-se fazer uma linha de ascendência que remonta a **Espártaco**, passando pela revolta da Plebe em Roma, das **Jacqueries** na Idade Média e assim por diante. Dessa forma, temos um objeto completamente naturalizado, a militância, com motivações completamente naturais, luta contra a opressão. Em outros termos, o discurso tradicional da História é o discurso desse objeto.

Espártaco foi um gladiador romano que liderou a Terceira Revolta dos Escravos, na República Romana, de 73 a 71 A.C.

Jacquerie foi uma revolta popular no fim da Idade Média na França, em especial durante a Guerra dos Cem Anos. A palavra se tornou sinônimo de revolta popular em diversas línguas europeias desde então.

Todavia, dentro da disciplina histórica há muitos avanços. Em primeiro lugar, o reconhecimento da alteridade, o que levou a interrogar com mais acuidade os acontecimentos passados e repensar a historicidade destes. Se vários objetos foram revistos, ainda há um longo caminho a ser percorrido para pensar vários outros, e a questão da militância está entre estes.

Cabe ressaltar, ainda, que a escolha desses universos ou séries deve-se também aos elementos que eles mobilizaram (e mobilizam) dentro dos imaginários sociais. Essa questão é central para buscar as possíveis correlações entre as séries e o surgimento do anarquismo de tais correlações. Assim, a utilização deste instrumento para a compreensão

histórica se tornou comum nos últimos anos e várias obras vieram à luz sob a sua égide. Não que seja o último apanágio para uma historiografia que estaria em crise com suas próprias balizas teóricas. Pelo contrário, cremos que ele vem enriquecer as análises históricas, permitindo um olhar mais específico para vários objetos, acrescentando que:

De início, seria preciso inventariar os mitos políticos modernos utilizados face ao trabalho efetuado, em relação aos outros mitos, pelos antropólogos, historiadores da Idade Média ou da Antiguidade em relação aos outros mitos (...). Ora é precisamente a historicidade dos nossos mitos políticos que constitui o problema-chave para o historiador dos imaginários sociais. Nossas sociedades modernas, sejam elas “desencantadas” também, não cessam de produzir sua própria mitologia e a política não é, sem nenhuma dúvida, o terreno menos investido pelos fantasmas e representações imaginárias” (BACZKO, 1984, p. 116)*.



Figura 15 - Gravura representando os militantes anarquistas em Chicago, em 1886

Nesse sentido, é preciso superar a visão tradicional na historiografia que relaciona a militância moderna diretamente aos escritos e práticas políticos que surgiram em torno da Revolução Francesa, reduzindo a sua história a um epifenômeno da política. Não que exista um erro nessa forma de entendê-lo, pois é evidente que as formulações que redundaram no movimento em meados do século XIX partiram em grande parte do quadro revolucionário. Porém, devemos considerar elementos do imaginário social que não se reduzem ao quadro político

originário da Revolução Francesa e da pretensa naturalização dos fatos históricos.

A história do pensamento nômade, das utopias e da militância política já foi feita em vários momentos e por vários autores, porém essas séries

* Il faudrait d'abord inventorier les mythes politiques modernes en bonne et due forme, à l'instar du travail effectué pour d'autres mythes par les anthropologues, les historiens du Moyen Age ou de l'Antiquité (...). Or, précisément c'est l'historicité de nos mythes politiques qui constitue le problème-clé pour l'historien des imaginaires sociaux. Nos sociétés modernes, aussi « désenchantées » soient-elles, ne cessent de produire leur propre mythologie et le politique n'est pas, sans doute, le terrain le moins investi par les phantasmes et représentations imaginaires (tradução livre de minha autoria).

não foram ainda consideradas nas suas possíveis correlações. A militância operária seria o resultado dessas correlações pelo menos em parte, pois há que se considerar outras ainda, mas que já foram devidamente feitas (economia e política, por exemplo).

SEÇÃO 2

TEMPO E DISCIPLINA



Para que a militância política passasse a ter uma efetiva atuação, era preciso encontrar o ponto de encontro, quer dizer, o local (ou locais) onde práticas diversas acabaram compondo uma nova prática social. Dois foram os locais. Um, como já vimos, foi a Revolução Francesa, locus privilegiado para a ação política de novo tipo. Outro foi o espaço da fábrica e da produção industrial. Aqui a militância política ganha os seus traços mais específicos, o de associar uma teoria a uma prática.

Você viu na Unidade 2 como o trabalho passou a ser valorizado no ocidente europeu no fim do período medieval. A ascensão do mundo do trabalho implicou a imposição de um modo de produzir e, conseqüentemente, a possibilidade de se atingir a produção ilimitada de artefatos que compõem uma espécie de processo metabólico social. Ou seja, produz para produzir.

Porém, todo esse processo de valorização do trabalho, de incorporação das horas contínuas nas manufaturas não foi sem percalços. Houve muita resistência por parte dos trabalhadores, afinal, eles eram submetidos a condições degradantes de trabalho e de existência. Salários baixos, oficinas insalubres, periculosidade, trabalho infantil, extensas jornadas, tudo contribuía para que o trabalhador fosse tratado como último na escala social.

Em contrapartida, desde o início desse processo, os trabalhadores procuram resistir:

... de resto, este tempo novo cedo se torna motivo de renhido conflitos sociais. Agitação social e emoções dos trabalhadores têm, daqui em diante, a finalidade de fazer calar os *Werkglocke* [...]

Perante tais revoltas, a burguesia têxtil protege o sino do trabalho, tomando medidas mais ou menos drásticas [...] Mas, aqui, a questão do sino é bem evidente. Se os operários se apoderassem deste sino para com ele dar o sinal de revolta, as mais pesadas penas os atingiriam. (LE GOFF, 1980, pp. 65-66)

As lutas em torno das horas de trabalho indicam não apenas uma forma de controle social sobre o tempo, mas também sobre o próprio trabalhar. Os empregadores buscam cada vez mais transferir conhecimento dos artesãos para si e, dessa forma, controlar os trabalhadores que, por sua vez, são inseridos no universo do trabalho manufatureiro sem nenhuma formação.

A princípio o trabalho era fornecido aos trabalhadores num sistema que ficou conhecido como **putting-out system**, ou seja, sistema de produção doméstica. Nele o empregador é muito mais um intermediário entre os produtores. Ele contrata a lã com o criador. Em seguida, leva-a para a fiandeira. Depois pega os fios e os leva ao tecelão para, enfim, entregar o tecido ao tingidor e, posteriormente, vendê-lo. Entrementes, os trabalhadores também cuidavam de outras tarefas como plantar, cozer, consertar ferramentas, etc. Isto é, um dia de trabalho para uma pessoa comum é cheio de tarefas variadas e que dependem das condições climáticas e sazonais como, por exemplo, plantar.

No entanto, a produção manufatureira não pode depender dessa falta de sistematicidade, afinal tempo é dinheiro. Aos poucos o trabalho doméstico vai cedendo espaço para o trabalho dentro de oficinas montadas pelos empregadores, nas quais os trabalhadores se dedicam a uma única tarefa.

Há mais resistências, pois o trabalho é estafante e feito em péssimas condições. Mas os empregadores precisam de mão-de-obra. Na Inglaterra, por exemplo, o crescimento das manufaturas durante os séculos XVI e XVII foi concomitante com os "cercamentos". Esse acontecimento foi assim chamado devido à tomada dos campos comunais, na Inglaterra, por parte de grandes proprietários. Isso privou os camponeses das terras comuns onde podiam levar seus pequenos rebanhos para pastar ou as utilizar para plantio. Sem meios de subsistência, muitos camponeses se viram forçados a migrar para as cidades em busca de trabalho.

Os empregadores principalmente da indústria de tecidos, encontraram nesses migrantes a mão de obra necessária para implementar

mudanças drásticas no processo de produção: a concentração dos trabalhadores num mesmo local, isto é, a constituição de um sistema de fábrica. Vejamos:

...seria possível enumerar pelo menos quatro razões importantes para o estabelecimento do regime de fábrica. Em primeiro lugar, os comerciantes precisavam controlar e comercializar toda a produção dos artesãos, com o intuito de reduzir ao mínimo as práticas de desvio dessa produção. Além disso, era do interesse desses comerciantes a maximização da produção através do aumento do número de horas de trabalho e do aumento da velocidade e do ritmo de trabalho. Um terceiro ponto muito importante era o controle da inovação tecnológica para que ela só pudesse ser aplicada no sentido de acumulação capitalista; e, por último, a fábrica criava uma organização da produção que tornava imprescindível a figura do empresário capitalista. (DE DECCA, 1982, p. 24).

Dessa forma, aos poucos o *putting-out system* cede lugar ao sistema de fábrica, ou seja, oficinas nas quais se concentram trabalhadores, mesmo porque:

O sistema de trabalho em domicílio (*putting-out system*) exigia muita busca, transporte e espera de materiais. O mau tempo podia prejudicar não só a agricultura, a construção e o transporte, mas também a tecelagem, pois as peças prontas tinham de ser estendidas sobre a rama para secar. (THOMPSON, 1998, p. 280).

Já nas oficinas era bem diferente. Nelas é possível parcelar as tarefas no processo de produção. É clássica a descrição de Adam Smith sobre o fabrico de alfinetes. Ele diz que dez operários não qualificados podem produzir 48 mil alfinetes por dia se dividirem as tarefas, enquanto dez operários qualificados não alcançariam a marca de 300 por dia se as tarefas não fossem divididas.

Esta é a importância da divisão do trabalho. Ela aparece num momento crucial em que os trabalhadores, forçados a procurarem trabalho nas manufaturas, veem-se compelidos a aceitarem as imposições dos empregadores em troca de baixíssimas remunerações. Mesmo os recalcitrantes eram obrigados a se empregarem, pois o governo inglês, no início do século XVII, instituiu leis que impunham penas pesadíssimas às pessoas que fossem pegas sem trabalho. Pobres podiam ser marcados a ferro em brasa e serem obrigados a trabalharem em galés. Caso fossem reincidentes podiam pegar penas duríssimas ou serem deportados para as remotas colônias. Também foram criadas as

Workhouses, locais de trabalhos forçados para as pessoas que fossem pegas sem trabalho.

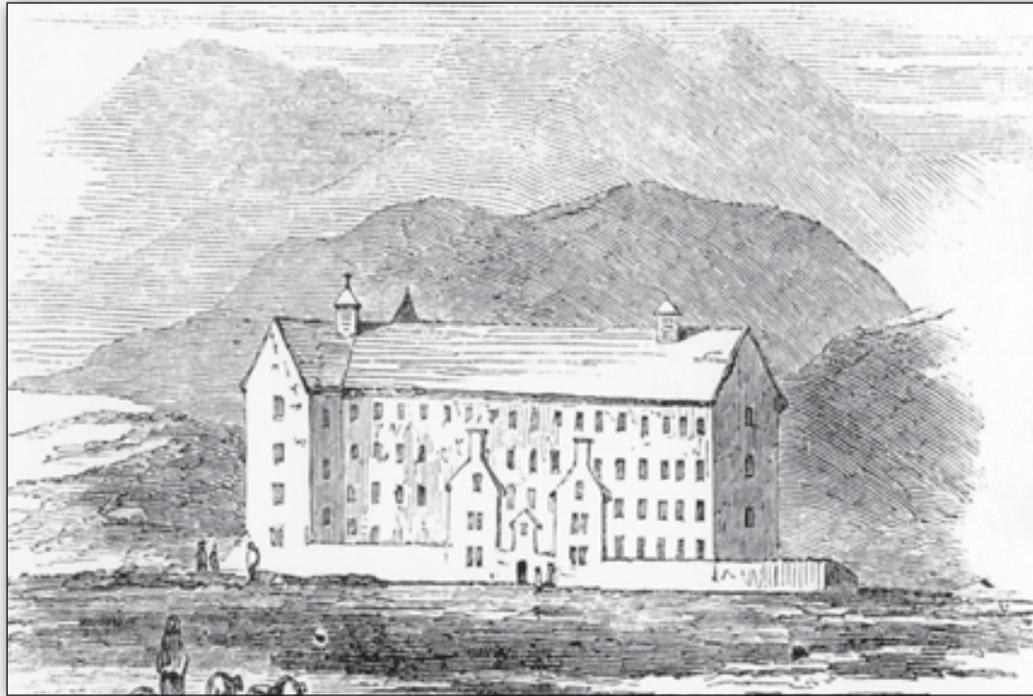


Figura 16 - Clifden Workhouse Illustrated London News, 5 de janeiro de 1850

Assim, um exército de mão-de-obra se tornou disponível para os primeiros proprietários de manufaturas, nas quais se puderam desenvolver técnicas próprias para o incremento da produção. Associando-se a divisão do trabalho, trabalhadores em grande quantidade e domínio do saber produtivo, no final do século XVIII, assiste-se à introdução de máquinas, coroando um processo que ficou conhecido como Revolução Industrial.

A rigidez nas oficinas denota a própria rigidez com que o governo inglês tratou a questão dos pobres. Leis anti-vadiagem foram promulgadas sob o eufemismo de Lei dos Pobres. Mas, para além das ações do governo inglês, havia um tipo de ação mais eficaz para impor a disciplina fabril: a moralização dos trabalhadores.

Vimos que até finais da Idade Média e parte do período moderno, o trabalho era desprezado. Porém, as mudanças nas mentalidades acabaram alterando o quadro. A burguesia foi a primeira e, em seguida, pregadores também viram no trabalho uma forma de moralizar uma população a ele arreada, e que não se dispunha a praticá-lo com disciplina e regularidade. Reclamações eram constantes, principalmente contra costumes seculares e o ritmo irregular.

Este ritmo irregular é comumente associado com bebedeiras no fim de semana: a Santa Segunda-Feira é alvo em muitos folhetos vitorianos sobre a temperança [...] Na década de 1790, Sir Mordaunt Martin desaprovou o recurso ao trabalho por empreitada que as pessoas aprovam, para não ter o trabalho de vigiar os seus empregados: o resultado é que o trabalho é malfeito, os trabalhadores se vangloriam na cervejaria do que eles podem gastar numa 'mijada contra a parede', criando descontentamento entre os homens com remunerações moderadas. (THOMPSON, 1998, p. 284).

A Santa Segunda-feira (*Saint Monday, Saint Lundi, San Lunes*) era uma tradição europeia. Os trabalhadores folgavam na segunda e muitos moralistas diziam que era por causa das bebedeiras de domingo. No entanto, era um costume. Aproveitava-se a segunda-feira para realizar tarefas que não eram possíveis outros dias, ou conforme o ditado francês reproduzido por THOMPSON (1998, p. 283): “Le dimanche est le jour de La famille, Le lundi celui de l’amitié (o domingo é o dia da família, a segunda-feira, o da amizade)”.

Assim, durante os séculos XVII e XVIII investe-se contra esses costumes, procurando incutir a disciplina do trabalho sistemático entre os trabalhadores. Entretanto, os principais patrocinadores dela não são os patrões, mas os puritanos, isto é, pregadores de seitas protestantes que viam na ociosidade dos indivíduos uma atitude que favorecia o pecado. O caso da Igreja Metodista é exemplar. John Wesley, fundador dessa igreja, observou numa brochura que publicou em 1786 os benefícios de levantar cedo, pois [...] “tanto tempo entre os lençóis quentes, a carne é como que escaldada, e torna-se macia e flácida. Os nervos, nesse meio tempo, ficam bem debilitados” (apud THOMPSON, 1998, p. 296).

Da moralização do tempo útil e do trabalho sistemático como benéfico, passamos a outro momento, que se dá no interior da fábrica. Na organização do trabalho, os empregadores passam a exigir, cada vez mais, uma rígida disciplina nas tarefas. Vejamos as regras impostas por um empresário, Josiah Wedgwood, por volta de 1780, reproduzidas por Thompson (1998, p. 291):

Aqueles que chegam mais tarde do que a hora determinada devem ser notificados, e se depois de repetidos sinais de desaprovação eles não chegam na hora devida, deve-se fazer um registro do tempo que deixaram de trabalhar, e cortar a quantia correspondente de seus salários na hora do pagamento, se forem assalariados, e, se forem pagos pelo número de peças feitas, devem ser mandados de volta, depois de freqüentes avisos, na hora da primeira refeição.

No entanto, todo esse processo não ficou sem resposta das pessoas que eram forçadas ao trabalho nas oficinas, as quais logo passaram a se organizar e lutar para modificar as condições de trabalho.



Figura 17 - Adolf Von Menzel. *O ciclope moderno*. 1875, Alte Nationalgalerie. Eram impostas aos operários duras condições de trabalho. (http://fr.wikipedia.org/wiki/Revolution_industrielle).

SEÇÃO 3

TEORIAS E MOVIMENTOS SOCIAIS

De início, os trabalhadores se voltaram contra a lógica do capital instaurada no processo produtivo:

A investida, vinda de tantas direções, contra os antigos hábitos de trabalho do povo não ficou certamente sem contestações. Na primeira etapa, encontramos a simples resistência. Mas, na etapa seguinte, quando é imposta a nova disciplina de trabalho, os trabalhadores começam a lutar, não contra o tempo, mas sobre ele.” (THOMPSON, 1998, p. 293).

As fábricas rapidamente passaram a ser associadas a prisões, devido principalmente às *Workhouses*, lugares de opressão onde os trabalhadores eram obrigados a aceitar as longas jornadas e as péssimas condições.

Mas, se foram compelidos a aceitar a noção de tempo útil, logo retornam à utilidade do tempo, ficando contra os empregadores:

A primeira geração de trabalhadores nas fábricas aprendeu com seus mestres a importância do tempo; a segunda geração formou os seus comitês em prol de menos tempo de trabalho no movimento pela jornada de dez horas; a terceira geração fez greves pelas horas extras ou pelo pagamento de um percentual adicional (1,5%) pelas horas trabalhadas fora do expediente. Eles tinham aceitado as categorias de seus empregadores e aprendido a revidar os golpes dentro desses preceitos. Haviam aprendido muito bem a sua lição, a de que tempo é dinheiro.” (THOMPSON, 1998, p. 294).

Logo, os empregadores não tinham mais diante de si trabalhadores desorganizados, indisciplinados e não qualificados, mas sim uma massa de operários prontos para reivindicarem melhores salários, condições de trabalho e tratamento humano nas fábricas.

O primeiro passo na organização dos trabalhadores foram os sindicatos, herdeiros diretos das guildas medievais. Assim, no fim do século XVIII e início do século XIX, as primeiras formações sindicais já estavam atuantes na Inglaterra. Na França, os governos revolucionários após 1789 proibiram qualquer associação parecida com as guildas, dizendo que eram formas de monopólios da produção e não deviam ser aceitas. Somente muitos anos mais tarde os sindicatos foram aceitos.

As **guildas** constituíam uma espécie de organização dos artesãos que teve uma longa história. Elas serviam para evitar a concorrência predatória entre os artesãos e também como uma caixa de socorro mútuo em caso de doença ou falecimento. Os sindicatos derivam desse tipo de prática, mas logo se especializam em setores e passam a ser mais reivindicativos do que socorristas.”

Um dos eventos mais famosos no início da organização sindical foi o ludismo, mais conhecido como movimento dos quebradores de máquinas. Trabalhadores de várias regiões da Inglaterra se organizaram para atacar máquinas, acreditando que elas lhes tiravam os empregos, pois uma delas podia fazer o trabalho de vários homens. No entanto, estudos puderam comprovar que na realidade era um movimento mais punitivo do que uma revolta contra o trabalho e contra o progresso.

Geralmente, grupos de trabalhadores atacavam uma fábrica específica destruindo ou inutilizando as máquinas principais, justamente aquelas que eram imprescindíveis para a produção. Ao agirem assim,

impediam o processo produtivo. Faziam isso para servir de exemplo contra maus patrões e invocavam um personagem, General Ludd, como o líder da revolta. A repressão não se fez demorar, e o movimento ludista foi cedendo espaço para um movimento sindical melhor organizado.

Durante o século XIX, com o avanço das lutas dos trabalhadores, teorias sociais se sucederam, procurando não só explicar o capitalismo e a sociedade, mas também fornecendo instrumentos para modificar a situação social, mesmo porque ela era dramática. Vejamos um pouco um bairro da cidade de Londres por volta de 1840:

Nas ruas a animação é intensa, um mercado de legumes e frutas de má qualidade se espalha, reduzindo o espaço para os passantes. O cheiro é nauseante. A cena torna-se mais espantosa no interior das moradias, nos pátios e nas ruelas transversais: 'não há um único vidro de janela intacto, os muros são leprosos, os batentes das portas e janelas estão quebrados, e as portas, quando existem, são feitas de pranchas pregadas'. Nas casas até os porões são usados como lugar de morar e em toda parte acumulam-se detritos e água suja. 'Aí moram os mais pobres dentre os pobres, os trabalhadores mal pagos misturados aos ladrões, escroques e às vítimas da prostituição. (BRESCIANI, 1982, p. 25).

Essa descrição, que se aproxima daquelas que se fazem das favelas brasileiras, dá uma dimensão da situação na Inglaterra durante o século XIX e da degradação que a massa trabalhadora atingiu nas cidades industriais. As lutas por melhores condições de trabalho e de vida duraram mais de dois séculos no capitalismo, e provavelmente é por isso que as descrições sobre a situação do trabalhador ao longo desse período não dão a verdadeira dimensão do que várias gerações enfrentaram nos seus cotidianos.

Pensadores e militantes operários buscaram soluções para o problema. Podemos dividi-los em três grandes correntes, que já foram vistas em outros capítulos: o socialismo utópico, o socialismo científico e o anarquismo.

A primeira corrente, a do socialismo utópico, foi assim chamada por Marx porque ele a entendia como fruto de quimeras e sonhos utópicos por parte de socialistas. Os principais pensadores desta corrente foram:

- Robert Owen (1771-1858), industrial inglês que queria dar melhores condições de trabalho aos operários, educando-os e pagando melhores salários. Instiga-os a fundarem cooperativas e tenta a criação de uma vila segundo a sua utopia nos Estados Unidos, mas fracassa.

- O Conde Saint-Simon (1760-1825), que era um filósofo e pensador das causas sociais. Adepto de um rigoroso planejamento das atividades industriais por parte do Estado, ele vê na industrialização a possibilidade de melhorar a vida do proletariado, dando-lhe também educação e elevação moral.

- Outro socialista utópico foi Charles Fourier (1772-1837). Ele projetou os “falanstérios”, que eram uma mistura das palavras “falange”, grupo, e “stérios”, que viria de monastério. A sua proposta era a criação de pequenas comunidades de 400 famílias, vivendo num único edifício e de forma autônoma. Os falanstérios poderiam se especializar e assim ocorrer o comércio entre eles. A vida ali seria comunitária, como, por exemplo, o refeitório comum. Várias experiências foram feitas, mas todas fracassaram.

Já o socialismo científico foi o epíteto dado por Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895) para as suas próprias teorias. Nelas caberia o estudo crítico do capitalismo, compreendendo-se que essa formação é possível graças à extração da mais-valia, que é o salário não pago aos trabalhadores. Assim, o capitalismo transfere a riqueza criada pelo trabalho para o patrão.

Marx entendia que essa forma de exploração terminaria, pois a concorrência exigiria sempre a extração de mais-valia e esta chegaria a um termo, tendo em vista que nada poderia mais extrair dos trabalhadores, já que eles estariam no limite da sobrevivência física. Dessa forma o capital entraria numa espécie de entropia, isto é, de esgotamento, e a classe operária acabaria chegando ao poder através de seu partido operário. Tanto que, no final de sua vida, Marx ajudou a fundar o Partido Social-Democrata alemão. A teoria marxista influenciou movimentos em todo mundo e foi a base de todos os governos socialistas no século XX.

A terceira corrente que teve forte influência no operariado foi o anarquismo. O termo anarquismo vem de duas palavras gregas: aná, negação, e arché, governo, ou seja, a recusa do governo. Foi Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) o primeiro a utilizar a palavra num sentido político, pois ela era associada à ideia de bagunça, confusão. Os anarquistas acreditavam que os homens poderiam criar uma sociedade na qual não haveria Estado ou autoridades. Todos poderiam se conscientizar de seus papéis sociais e as propriedades seriam comuns. Assim, não haveria

motivo para desejar os bens alheios, pois tudo pertenceria a todos.

Foram feitas algumas experiências com a criação de comunidades anarquistas, mas falharam. No entanto, essa corrente esteve presente no meio sindical de vários países, inclusive o Brasil, durante as primeiras décadas do século XX. A Revolução Russa de 1917, com base no socialismo marxista, e outros movimentos acabaram suplantando o anarquismo.

Essas correntes das teorias sociais animaram eventos na história do movimento operário, principalmente no século XIX, com reflexos no século XX. Assim, desde a Revolução Francesa, trabalhadores buscaram elementos nas teorias para dar uma base para as suas organizações.

O socialismo utópico animou formas de organização, como vimos, mas também inspirou o movimento operário. Um dos grandes exemplos foi o Cartismo, que se iniciou nos anos 30 do século XIX e marcou profundamente o imaginário das lutas sociais daquele século.

O **Cartismo** ou o Carta do Povo foi um dos primeiros movimentos modernos do operariado inglês. Ele se baseava numa carta de princípios escrita por William Lovett e Feargus O'Connor, que nela pediam a inclusão dos trabalhadores na vida política inglesa, já que o voto era baseado na renda dos indivíduos, o que deixava de fora a maior parte dos trabalhadores. A primeira carta enviada ao Parlamento foi rejeitada em 1839. Uma segunda carta foi enviada e continha mais de três milhões de assinaturas, o que forçou o Parlamento a reconhecer algumas leis que amenizavam as péssimas condições de trabalho dos operários ingleses.

Mostrando amadurecimento nas questões sociais, o movimento operário europeu encetou uma série de revoltas em vários países e deu a impressão, num primeiro momento, de que uma vaga revolucionária popular derrubaria os governos estabelecidos. Ela foi especialmente forte na França, mas ocorreu também na Alemanha, Polônia, entre outros países. Demonstrou a força dos trabalhadores e que as forças econômicas deveriam fazer grandes concessões para conter o ímpeto revolucionário, e foi o que aconteceu. Aos poucos, governos e capitalistas cedem espaço ao movimento operário. É o início do estado de bem estar social ainda dominante na Europa.

A **Revolução de 1848**, na França é resultado de várias linhas de acontecimentos, mas o peso da economia se fazia sentir especialmente num reino que sofria os efeitos da rápida industrialização do século XIX. O país era governado por uma monarquia que estava deslocada em relação ao seu tempo. Ela ainda sonhava com os dias de glória de Luís XIV, porém em

pleno século XIX. A cidade de Paris era quase inabitável, dadas as suas condições de existência, e uma grave crise econômica assolava a população. Em fevereiro de 1848, violentas manifestações ocorrem em Paris. A reação do governo também foi violenta, precipitando os acontecimentos. A Guarda Nacional também se tornou insurrecta, apoiando os revolucionários. O rei, Luís-Felipe, vendo a situação sair completamente do controle, abdicou em 24 de fevereiro e, no dia seguinte, a República foi proclamada.

Em 1871, ocorreu a primeira experiência abertamente anarquista em Paris. O evento ganhou o nome de Comuna de Paris, e mostrou como o anarquismo era influente no meio operário na Europa, pelo menos até início do século XX. A organização e as lutas dos chamados *communards* (os revoltosos da Comuna) colocaram em prática a experiência ácrata, alimentando fortemente o imaginário dos trabalhadores na concepção de um possível governo comunista.

A Comuna de Paris foi um movimento popular que tomou conta da cidade durante quarenta dias. Teve início em 18 de março, com o esforço popular de enfrentar o exército alemão que marchava em direção à cidade. O exército do imperador Luís Napoleão estava sendo derrotado. Com a insurreição popular, caiu o governo de Bonaparte. O governo francês, mesmo derrotado, atacou os *communards*. Sem condições de retomar a cidade por si próprio, apelou ao inimigo, selando rapidamente uma paz prejudicial à França, mas derrotando finalmente os revoltosos. Execuções sumárias foram feitas e uma dura repressão se abateu sobre a população parisiense.

As referidas teorias deram envergadura para o movimento dos trabalhadores durante os séculos XIX e XX, modificando totalmente a paisagem da economia capitalista e das fábricas. Hoje, podemos dizer que, sem essas lutas, não teríamos a sociedade que conhecemos e estaríamos mais próximos das condições de existência das primeiras gerações de trabalhadores.



Você estudou, nesta unidade, a genealogia das lutas sociais empreendidas em torno do binômio capital/trabalho, responsáveis por moldar uma parte importante da experiência sociopolítica da contemporaneidade. Viu também como essas lutas se pautaram por discussões teóricas, às vezes excludentes, e por ações práticas ao longo do século XIX.



• Leia os artigos indicados abaixo, para uma melhor compreensão comparativa da experiência dos movimentos sociais.

1. ADDOR, Carlos Augusto. A greve de 1903: primórdios do movimento operário no Rio de Janeiro. *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [online]. 2007, vol.14, n.2 [cited 2010-10-14], pp. 635-639. Disponível em: <http://www.scielo.br/>

2. FERRERAS, Norberto O.. A formação da sociedade Argentina contemporânea: sociedade e trabalho entre 1880 e 1920. *História* [online]. 2006, vol.25, n.1 [cited 2010-10-14], pp. 170-181. Disponível em: <http://www.scielo.br/>

3. SCHMIDT, Benito Bisso. O Deus do progresso: a difusão do cientificismo no movimento operário gaúcho da I República. *Rev. bras. Hist.* [online]. 2001, vol.21, n.41 [cited 2010-10-14], pp. 113-126. Disponível em: <http://www.scielo.br/>



• Leia e resenhe o livro “As utopias românticas”, de Elias Thomé Saliba (São Paulo: Estação Liberdade, 2003)

PALAVRAS FINAIS

Neste livro você estudou alguns aspectos de História Contemporânea. Como dissemos, eles foram fruto de escolhas teóricas e historiográficas. Revolução Francesa, Revolução Industrial, Nações e Nacionalismo e Movimentos Sociais foram fontes para discussões sobre a nossa própria disciplina e como devemos construir a narrativa em história.

Muitas vezes, tomamos o processo histórico como natural, como se ele devesse ocorrer de qualquer maneira, a despeito das nossas vontades e intenções, ou melhor, a despeito do que fazemos. Ao fazermos a crítica desta noção, buscamos compreender que o termo "processo" é um equívoco, pois ele denota um sistema em funcionamento, e não é essa a percepção que temos da história. No lugar dessa palavra poderíamos usar outra, tomada emprestada do sociólogo Norbert Elias: configuração. Ela implica uma maior mobilidade, sem necessariamente indicar uma necessidade. Uma configuração social ou histórica nos remete às possibilidades que os próprios homens têm diante de si, portanto não nos impõe uma ideia de que o que fazemos está subordinado a um eixo de acontecimentos que nos ultrapassa.

A Revolução Francesa, por exemplo, não era fatal; se ela aconteceu, não foi porque a história humana é um processo que caminha fatalmente para um fim, mas foi o resultado de várias séries acontecimentos fortuitos e que desembocaram num determinado evento. Eles não estavam determinados de antemão e muito menos foram imprescindíveis. A história, dessa forma, não é causal, mas casual.

Essa foi, em grande parte, a nossa medida. Os acontecimentos que acabamos de estudar marcam somente a convenção historiográfica e não a ordem de importância, pois para os nossos destinos, muitas vezes, eventos que nem merecem destaque nos grandes livros são mais importantes do que Revoluções, pois passam e o que é mais comezinho perdura.

Até a próxima.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICI, Jean-Christophe. *Le livre interdit*. Paris : Éditions Payot & Rivages, 1996.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983.

BACZKO, Bronislaw. « *Utopia* » in Enciclopédia Einaudi, vol. 5, *Anthropos/Homem*. Ruggiero Romano (dir.). Lisboa: Casa da Moeda/Imprensa Nacional, 1985.

BERGER, Stefan, DONOVAN, Mark & DONOVAN, Kevin, eds. *Writing national histories; Western Europe since 1800*. New York, Routledge, 1999.

BRESCIANI, Maria Stela. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CONTE, Giuliano. *Da crise do feudalismo ao nascimento do capitalismo*. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1979.

CHARTIER, Roger. *Une histoire de la culture écrite* » in *Annales, Histoire, Sciences Sociales*. 56^e année, n° 4-5. Paris : EHESC, 2001.

CROSSLEY, Ceri. *History as a principle of legitimation in France (1820-48)*. In: BERGER, Stefan, DONOVAN, Mark & DONOVAN, Kevin, eds. *Writing national histories; Western Europe since 1800*. New York, Routledge, 1999, p. 49-56.

DARNTON, Robert. *Boemia literária e revolução; o submundo das letras no antigo regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DE DECCA, Edgar. *O nascimento das fábricas*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DUBY, Georges. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

FOUCAULT, Michel. *Les mots et le choses*. Paris : Gallimard, 1966.
_____. *A arqueologia do saber*. RJ: Forense-Universitária, 1987.

FURET, François. *Penser la Révolution Française*. Paris : Gallimard, 1978.
_____. *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos. *Estudos Históricos*, nº 1, jan/jul, pp. 527, 1988.

HEERS, Jacques. *O trabalho na Idade Média*. Publicações Europa-América, 1988.

HOBBSAWM, Eric. *A era do capital*. 1848-1875. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções*, 1789-1848. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

IGGERS, Georg G. Nationalism and historiography, 1789-1996; the German example in perspective. In: BERGER, Stefan, DONOVAN, Mark & DONOVAN, Kevin, eds. *Writing national histories; Western Europe since 1800*. New York, Routledge, 1999, p. 15-29.

KARVAT, Erivan Cassiano. A historiografia como discurso fundador; reflexões em torno de um *Programma* histórico. *Revista de História Regional* 10(2); 47-70, inverno, 2005.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. *O Estado Monárquico*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

LEFORT, Claude. *Essais sur le politique, XIX^e - XX^e siècles*. Paris : Éditions du Seuil, 1986.

LE GOFF, Jacques. *Para um novo conceito de Idade Média*. Lisboa: Editorial Presença, 1980.

_____. *História do Ocidente Medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1983.

_____. *A bolsa e a vida*. São Paulo: Brasiliense. 1989.

MACAULAY, Thomas Babington. *Critical and historical essays*, vol ii. London, 1866.

MÉTAYER, Cristine. « Normes graphiques et pratiques de l'écriture. Maîtres écrivains publics à Paris aux XVII^e et XVIII^e siècles. » in *Annales, Histoire, Sciences Sociales*. 56^e année, n^o 4-5. Paris: EHESC, 2001.

MONTALVÃO, Sérgio. O sentido da nação: parâmetros e intencionalidades na escrita da história de Caio Prado Júnior. *Revista eletrônica Cadernos de História*, Ano I, n.º 2, setembro de 2006. Disponível em www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria, acessado em 16/09/2010.

SALIBA, Elias Thomé. *As utopias românticas*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

STUCHTEY, Benedikt. Literature, liberty and life of the nation; British historiography from Macaulay to Trevelyan. In: BERGER, Stefan, DONOVAN, Mark & DONOVAN, Kevin, eds. *Writing national histories; Western Europe since 1800*. New York, Routledge, 1999, p. 30-48.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

NOTAS SOBRE OS AUTORES

ANDRÉ LUIZ JOANILHO

Sou Doutor em História Social pela UNESP/SP e professor associado do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina. Fiz pós-doutorado na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*. Sou autor, entre outros, de *Revoltas e Rebeliões* (São Paulo: Contexto, 1989); *História e Prática* (Campinas: Mercado das Letras, 1997); *O Nascimento de uma nação* (Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2004) e também co-autor da coleção *Hoje é dia de história* (Curitiba: Positivo, 2007). Atualmente sou professor associado da Universidade Estadual de Londrina.

CLÁUDIO DENIPOTI

Sou Doutor em História pela UFPR, professor associado do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa e fiz pós-doutorado na Universidade de São Paulo. Autor de *Páginas de prazer; a sexualidade através da leitura no início do século* (Campinas: Editora da Unicamp, 1999); co-organizador, com Geraldo Pieroni, de *Saberes brasileiros; ensaios sobre identidades - séculos XVI a XX* (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004) e, com Clóvis Gruner, de *Nas tramas da ficção; História, Literatura e Leitura* (São Paulo: Ateliê Editorial, 2009).

Joanilho e Denipoti publicaram *O Jogo das possibilidades; ensaios em história cultural* (Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997) e co-organizaram *Leituras em história* (Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003).